

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 2.645, DE 2025

Proíbe o uso de chumbo e seus derivados em materiais de pesca e em munições de uso em caça.

Autor: Deputado DORINALDO MALAFAIA

Relator: Deputado NELSON BARBUDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.645, de 2025, de autoria do Deputado Dorinaldo Malafaia, propõe proibir, em todo o território nacional, a utilização de chumbo e seus derivados em munições de uso na caça e em petrechos de pesca.

A proposição também veda a comercialização e a importação desses produtos, estabelece prazos diferenciados para adaptação de fabricantes, comerciantes e pescadores, amadores e profissionais, e determina a substituição das chumbadas por dispositivos compostos por materiais atóxicos.

Além disso, estabelece os seguintes períodos para adaptação: três anos para empresas produtoras de munições e petrechos de pesca; quatro anos para empresas comercializadoras; um ano para pescadores amadores; e três anos para pescadores profissionais.

O autor justifica a medida em razão do potencial de contaminação ambiental e danos à saúde humana causado pelo chumbo, enfatizando que não há nível seguro de exposição a esse metal pesado, conforme entendimento da Organização Mundial da Saúde.



O Projeto de Lei nº 2.645, de 2025, tramita em regime ordinário, sem apensos, e foi distribuído para apreciação conclusiva das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Indústria, Comércio e Serviços; de Saúde; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD). Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Embora o Projeto de Lei nº 2.645, de 2025, do Deputado Dorinaldo Malafaia, busque objetivo meritório, a redução dos riscos ambientais e de saúde associados ao uso de chumbo em atividades de caça e pesca, entendo que a aprovação da matéria não se mostra oportuna.

Ao proibir o uso de chumbo e de seus derivados em munições para caça e em petrechos destinados à pesca, a proposição desconsidera a realidade socioeconômica a que se submete parcela considerável da população que depende diretamente dessas atividades para subsistência ou complemento de renda.

Pescadores artesanais e amadores, caçadores de subsistência e comunidades tradicionais, sobretudo os localizados em áreas remotas e com reduzido acesso a alternativas tecnológicas, seriam fortemente impactados pela restrição que se pretende impor.

Um dos efeitos da medida seria o imediato encarecimento dos petrechos utilizados nas atividades de que se trata, com reflexos significativos no grau de vulnerabilidade econômica e nutricional de milhares de pessoas. A despeito disso, parece não ter havido diálogo prévio com os agentes diretamente afetados.



Vale registrar, também, que não foram apresentados fundamentos técnicos acerca da real dimensão da contaminação por chumbo originada das atividades de pesca e caça no Brasil e que a própria justificativa apresentada pelo autor admite que o impacto proveniente do uso de chumbo na caça e pesca é irrelevante quando comparado à contaminação gerada na atividade industrial, onde o desenvolvimento de rotas tecnológicas que reduzam a contaminação deveria ser prioridade.

Pelas razões expostas, manifesto-me pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.645, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado NELSON BARBUDO
Relator

